



Estratégia
CONCURSOS

2º SIMULADO

TCDF CESPE

**CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS**

**TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL**

Simulado Especial

Simulado TCDF

Parte II – Conhecimentos Específicos

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no cargo de Auditor de Controle Externo do concurso do TCDF;
- 2 – Esta prova contém **150 itens** que serão divididas em duas partes. Serão 80 questões de Conhecimentos Básicos na parte da manhã e 70 de Conhecimentos Específicos na parte da tarde.
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Cespe, para julgar como Certo ou Errado;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h e das 14h00 às 19:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 8h, na segunda-feira, 30 de setembro, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TCDF-Cespe-29-09>

81 – (C) (E)

82 – (C) (E)

83 – (C) (E)

84 – (C) (E)

85 – (C) (E)

86 – (C) (E)

87 – (C) (E)

88 – (C) (E)

89 – (C) (E)

90 – (C) (E)

91 – (C) (E)

92 – (C) (E)

93 – (C) (E)

94 – (C) (E)

95 – (C) (E)

96 – (C) (E)

97 – (C) (E)

98 – (C) (E)

99 – (C) (E)

100 – (C) (E)

101 – (C) (E)

102 – (C) (E)

103 – (C) (E)

104 – (C) (E)

105 – (C) (E)

106 – (C) (E)

107 – (C) (E)

108 – (C) (E)

109 – (C) (E)

110 – (C) (E)

111 – (C) (E)

112 – (C) (E)

113 – (C) (E)

114 – (C) (E)

115 – (C) (E)

116 – (C) (E)

117 – (C) (E)

118 – (C) (E)

119 – (C) (E)

120 – (C) (E)

121 – (C) (E)

122 – (C) (E)

123 – (C) (E)

124 – (C) (E)

125 – (C) (E)

126 – (C) (E)

127 – (C) (E)

128 – (C) (E)

129 – (C) (E)

130 – (C) (E)

131 – (C) (E)

132 – (C) (E)

133 – (C) (E)

134 – (C) (E)

135 – (C) (E)

136 – (C) (E)

137 – (C) (E)

138 – (C) (E)

139 – (C) (E)

140 – (C) (E)

141 – (C) (E)

142 – (C) (E)

143 – (C) (E)

144 – (C) (E)

145 – (C) (E)

146 – (C) (E)

147 – (C) (E)

148 – (C) (E)

149 – (C) (E)

150 – (C) (E)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

- 81.** Durante os trabalhos de auditoria, o auditor governamental deve reduzir os riscos de ignorar circunstâncias não usuais e extrair conclusões baseadas nas evidências de auditoria. Esses objetivos podem ser alcançados por meio do ceticismo profissional e julgamento profissional. Nesse contexto, ceticismo profissional é a aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria. Já julgamento profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- 82.** Como base para a opinião do auditor, as NBC TAs exigem que ele obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Asseguração razoável é um nível elevado de segurança. Esse nível é conseguido quando o auditor obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir a um nível aceitavelmente baixo o risco de auditoria (isto é, o risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante). Contudo, asseguração razoável é um nível absoluto de segurança porque há limitações inerentes em uma auditoria, as quais resultam do fato de que a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião, é conclusiva e não persuasiva.
- 83.** Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião. A suficiência das evidências de auditoria é a medida da qualidade da evidência de auditoria. A qualidade necessária da evidência de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela quantidade de tal evidência. A adequação da evidência de auditoria é a medida da quantidade da evidência de auditoria; isto é, sua relevância e confiabilidade no fornecimento de suporte às conclusões em que se baseia a opinião do auditor.
- 84.** A norma de auditoria interna NBC TI 01, que trata do trabalho da auditoria interna, quando forem detectados fraudes e erros no decorrer dos trabalhos, o auditor interno deve informar à administração de imediato e verbalmente a ocorrência dessas fraudes e erros.
- 85.** Em auditoria, o tamanho da amostra é influenciado por vários fatores, mas deve possibilitar que o auditor

faça inferências sobre toda a população. Entre esses fatores, aquele que possibilita reduzir o tamanho da amostra é o aumento na taxa esperada de desvio da população a ser testada.

- 86.** Denomina-se auditoria operacional, de acordo com as normas da INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions), a realização de avaliação independente com o objetivo de obter-se garantia razoável de opinião, por meio da verificação da conformidade, com os relatórios, da condição financeira, dos resultados e do uso de recursos da entidade examinada.
- 87.** Examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública são objetivos da auditoria de conformidade.
- 88.** Segundo as normas internacionais para o exercício profissional da auditoria, o auditor, ao conferir a conformidade da execução do objeto examinado, deve manter o ceticismo profissional quando encontrar não conformidades formais dos processos e emitir opinião adversa sobre a exatidão da documentação obtida.
- 89.** A Resolução TCDF nº 220/2011 adotou como Norma Geral de Auditoria do TCDF as Normas de Auditoria Governamental – NAG, Aplicáveis ao Controle Externo, expedidas conjuntamente pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa. Nesse contexto, a forma de comunicação dos resultados comumente utilizada na atividade de auditoria governamental é o relatório, sendo que a equipe de auditoria deve registrar todas as informações e as explicações necessárias à sua completa compreensão. Assim, a forma de relatório de auditoria destinada a garantir seu completo entendimento por qualquer leitor com conhecimento razoável sobre o assunto é denominada de longa.
- 90.** Nos termos da Resolução TCDF nº 298/2016 (norma que revogou a Resolução TCDF nº 38/1990), que aprovou o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, uma auditoria em empresa pública do GDF constatou várias irregularidades. O TCDF deliberou, em acórdão, por vários mandados, e o plenário autorizou a verificação de seu cumprimento.

Nesse caso hipotético, o instrumento de fiscalização a ser adotado para verificação de cumprimento dos mandados é denominado monitoramento.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA

Julgue os itens a seguir considerando os instrumentos de planejamento e orçamento, os princípios orçamentários e o ciclo orçamentário.

91. O surgimento dos princípios orçamentários se confunde com a história do orçamento público como praticado nos dias de hoje na maior parte dos países democráticos. Sobre esse tema, o princípio orçamentário do orçamento bruto está ligado intimamente à necessidade de que as receitas públicas sejam apresentadas no orçamento público de forma líquida das suas deduções, vinculações, consignações e afetações, de maneira que a peça orçamentária reflita exclusivamente os recursos disponíveis para o financiamento das despesas públicas.

92. Durante o curso do exercício fiscal, o Secretário de Fazenda do Distrito Federal percebe a inexistência de rubrica orçamentária específica para fazer frente a despesas da máxima importância para a política de saúde, cuja execução vem sendo cobrada pelo Ministério Público em sede de ação civil pública. Diante dessa situação, o Secretário elabora minuta de decreto que é aprovado, assinado e publicado pelo Chefe do Poder Executivo, por meio do qual se abre o crédito orçamentário em apreço, de maneira a conferir lastro à realização da despesa. Havendo prévia autorização em lei, a abertura do crédito adicional em questão, por decreto, é possível, desde que se comprove a existência de recursos disponíveis para suportar a despesa e seja precedida de exposição de justificativa.

93. A partir da Constituição Federal de 1988, passa a ser determinante estabelecer, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes por intermédio do plano plurianual.

94. Um deputado distrital, ao analisar o projeto de lei orçamentária anual apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, decidiu apresentar uma emenda que se mostrava plenamente compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias. Ocorre que, para apresentá-la, indicou os recursos de programas sociais. À luz da sistemática constitucional, esses recursos podem advir da anulação da dotação indicada pelo deputado.

Julgue os itens a seguir considerando as classificações da receita e da despesa.

95. Todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado mediante numerários ou outros bens representativos de valores, que o governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure

como depositário dos valores que não lhe pertencem, refere-se à receita extraorçamentária.

96. A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada. Trata-se de classificação de aplicação comum e obrigatória para o Distrito Federal.

Julgue os itens a seguir com base na Lei 4.320/1964.

97. A repartição competente do Distrito Federal verificou, em 2 de janeiro de 2019, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 28 de fevereiro de 2019, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 2 de março de 2019, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro. Os estágios da receita orçamentária que ocorreram em 2 de janeiro de 2019 e em 2 de março de 2019 foram, respectivamente, lançamento e recolhimento.

98. Observe os dados extraídos da contabilidade de um ente federado no exercício social findo em 31.12.2018, em R\$.

- Despesas orçamentárias empenhadas no exercício 840.000,00
- Despesas de exercícios anteriores 33.000,00
- Despesas liquidadas no exercício 580.000,00
- Despesas orçamentárias pagas no exercício 510.000,00
- Restos a pagar pagos no exercício 42.000,00

É correto afirmar que o total de restos a pagar não processados no exercício de 2018 dessa unidade federada equivaleram, em R\$, a 70.000,00.

Julgue os itens a seguir com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

99. Por determinação da Lei Complementar n.º 101/2000, estão obrigados ao cumprimento de suas disposições, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Nas referências a Estados entende-se considerado o Distrito Federal.

100. Se a despesa total com pessoal do Poder Executivo do Distrito Federal ultrapassar os limites definidos na lei, o percentual excedente terá que ser eliminado nos três quadrimestres seguintes, sendo pelo menos 25% no primeiro.

CONTABILIDADE GERAL

101. De acordo com Max Weber, a moderna organização racional da empresa capitalista foi viabilizada pela contabilidade racional. Esse pensamento foi corroborado, na ciência contábil, por Vincenzo Masi, que identificou como objeto da contabilidade o patrimônio.

As informações contábeis devem ser mensuradas e divulgadas a diversos usuários. Considerando as necessidades específicas de cada usuário quanto às informações contábeis, analise os itens abaixo e julgue o item a seguir.

Item I: As instituições financeiras estão interessadas em informações relativas ao endividamento da empresa e à existência de liquidez suficiente para que ela honre com o pagamento dos empréstimos adquiridos.

Item II: Nas suas análises, o investidor busca avaliar a empresa que seja mais lucrativa e que pague maiores dividendos.

Item III: As agências reguladoras, no cumprimento de suas funções, apuram o lucro tributável das concessionárias de serviço público com o objetivo de fiscalizar a execução de suas atribuições legais.

Item IV: O empregado está interessado na demanda do mercado pelo produto fabricado pela empresa e no preço necessário para que se atinja a margem de lucro esperada.

102. Assertiva: Estão corretos apenas os itens I, II e III.

Com relação ao livro razão, julgue o item a seguir.

103. O livro Razão é classificado como livro Principal, isto é, registra todos os fatos contábeis.

Julgue o item subsequente, relativo à contabilização de operações contábeis diversas.

104. O desconto de uma duplicata em banco, além de gerar um débito em caixa ou equivalentes de caixa e um crédito em duplicatas descontadas, gera um débito em despesas do período na demonstração do resultado do exercício (DRE) relativo aos juros pagos na data da liberação do crédito.

105. Julgue o item a seguir, relativos aos critérios de avaliação contábil.

O **valor de custo** é o critério contábil a ser aplicado para a avaliação dos direitos classificados no ativo imobilizado, porém, na adoção inicial dos Pronunciamentos Contábeis pela entidade, poderia ser adotado o valor justo como custo atribuído (deemed cost).

106. Com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976, julgue o item a seguir, relativos aos critérios de avaliação contábil.

Os recursos aplicados na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial estão sujeitos à amortização, que representa perda de valor dos referidos ativos.

Julgue o item seguinte, relativo à redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

107. O aumento da taxa de juros de mercado pode ser indicativo de que determinado ativo imobilizado esteja sofrendo desvalorização. Isso ocorre pela redução que o aumento da taxa de juros de mercado é capaz de provocar no valor em uso do ativo imobilizado, quando este é submetido ao teste de redução ao valor recuperável.

A respeito da elaboração do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício, da demonstração do resultado abrangente e de operações a elas relacionadas, julgue o item subsequente.

108. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é registrado pelo seu custo incorrido, e está sujeito a amortização, quando aplicável, bem como a ajuste pelo valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil líquido.

Em relação à aplicação do método da equivalência patrimonial por companhias abertas, julgue o item que se segue.

109. Reduzido a zero o saldo contábil do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, nenhuma perda adicional proporcionada pelo investimento será reconhecida nas demonstrações contábeis do investidor.

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

110. Um passivo só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória.

111. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade.

112. A receita de subvenção lançada como reserva de incentivos fiscais compõe a base de cálculo do imposto de renda.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

113. Se o grau de alavancagem financeira de determinada sociedade anônima for igual a 1,25, isso significa que o retorno para os acionistas é 25% maior que aquele que obteriam caso a empresa fosse financiada exclusivamente com capital próprio.

114. A redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores é uma situação que afeta simultaneamente o ciclo operacional e o ciclo financeiro de uma empresa industrial bem como impacta positivamente o giro dos negócios.

A empresa Borogodó Comercial S/A efetuou a compra à vista de 50 computadores para revenda. O custo de aquisição foi de R\$ 10.000. Diante do exposto, julguem os itens a seguir:

115. Assertiva: Houve redução dos índices de liquidez seca e de liquidez imediata e manutenção dos índices de liquidez corrente e de liquidez geral nos patamares anteriores à ocorrência da transação.

116. Assertiva: Houve redução dos índices de liquidez seca e de liquidez imediata e aumento dos índices de liquidez geral e de liquidez corrente.

Sobre os conceitos de EVA (*Economic Value Added*) e EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), julguem os itens a seguir.

117. Segundo o conceito de EVA (*Economic Value Added*) uma empresa pode gerar valor para seus acionistas, ainda que seus lucros sejam inferiores ao custo do capital utilizado em suas operações.

118. Um EBITDA negativo evidencia que a operação da empresa não está sendo rentável, entretanto, não significa, necessariamente que está tendo prejuízos.

CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) deve evidenciar, tempestivamente, os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros. Acerca dos regimes aplicáveis à CASP, julgue o item a seguir.

119. O momento do fato gerador de uma prestação de serviço a uma entidade do setor público pode ser utilizado para o reconhecimento da despesa

orçamentária, independentemente do pagamento de valores.

Considerando o relacionamento entre a execução da despesa orçamentária e o reconhecimento da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), julgue o item a seguir.

120. Na concessão de suprimento de fundos, a VPD é reconhecida somente no momento da prestação de contas. Nessa oportunidade, haverá a baixa do direito anteriormente reconhecido contra o suprido.

121. A definição de ativo no âmbito do setor público, nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual, engloba o potencial de serviços, assim considerada a capacidade de prestar serviços que contribuam para alcançar os objetivos da entidade. Tal fato possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa. Essa perspectiva não é encontrada na definição de ativo no âmbito da contabilidade societária, conforme a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual.

122. A tabela a seguir apresenta informações sobre processos judiciais, nos quais um determinado município é ré.

Natureza	Obrigação Presente	Estimativa Confiável de valor	Valor (R\$)
Tributária	Não	Sim	100.000
Trabalhista	Sim	Sim	150.000
Cível	Sim	Sim	80.000
Ambiental	Não	Não	200.000
Tributária	Sim	Não	130.000

A Assessoria Jurídica do município informou ao Setor de Contabilidade que em todos os processos a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar as obrigações é provável.

Considerando essas informações, pode-se afirmar que o Setor de Contabilidade do município deverá reconhecer um total de R\$ 230.000,00 como passivo de prazo ou valor incerto no balanço patrimonial. Ademais, deverá divulgar em notas explicativas e registrar em contas com natureza de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público passivos contingentes no montante de R\$ 430.000,00.

Julgue os itens a seguir tomando como base as disposições presentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) e as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

123. Nos termos da NBC TSP 06, o ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento deve ser reconhecido diretamente no patrimônio líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

124. Segundo a NBC TSP 08, a vida útil de ativo intangível que não é amortizado deve ser revisada a cada exercício, para determinar se eventos e circunstâncias continuam a fundamentar a avaliação de vida útil indefinida. Caso contrário, a mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

125. Situação hipotética: Ao final de 2018, um município estimou o valor em uso de um ativo não gerador de caixa em R\$ 3 milhões e o valor justo líquido de venda em R\$ 2,3 milhões. Na mesma data, o valor contábil líquido desse ativo era de R\$ 2,1 milhões. **Assertiva:** Nesse caso, o município deve fazer um lançamento contábil para redução ao valor recuperável, cujo débito será em conta de resultado, ocasionando uma redução da situação líquida.

126. A maior parte das variações patrimoniais aumentativas (VPA) das entidades do setor público decorrem de transações em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e em contrapartida entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca.

127. O custo dos estoques pode não ser recuperável em determinados casos, a exemplo da diminuição do seu preço de venda. Nesse caso, o valor dos estoques deve ser ajustado ao seu valor realizável líquido, oportunidade em que haverá um registro de uma variação patrimonial diminutiva em contrapartida de uma conta redutora de ativo.

Julgue o item a seguir acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

128. Situação hipotética: Um auditor de controle externo ao analisar os registros contábeis de uma entidade do setor público identificou que os lançamentos de natureza de informação de controle apenas debitavam e creditavam contas das classes 7 e 8. **Assertiva:** Nesse caso, verifica-se que a entidade do setor público precisa retificar os seus lançamentos, considerando que os registros de natureza de controle devem estar interligados às demais naturezas de informação: orçamentária e patrimonial.

Atenção: Considere as informações a seguir para responder as questões.

No primeiro exercício financeiro de uma entidade do setor público, foram registrados os seguintes eventos contábeis.

I Aprovação da LOA com receitas e despesas previstas e fixadas no valor de R\$ 200.000.

II Lançamento de impostos no valor de R\$ 100.000, tendo sido arrecadados 60% desse valor.

III Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 60.000.

IV Recebimento em doação de bem imóvel no valor de R\$ 70.000, para uso nas atividades administrativas.

V Empenho e liquidação de despesas com água, luz e telefone no valor de R\$ 50.000, dos quais 60% foram pagos no exercício e 40%, inscritos em restos a pagar processados.

VI Recebimento de depósitos em caução no valor de R\$ 10.000.

129. Com base nas informações acima, é correto afirmar que, no balanço financeiro do referido exercício financeiro, o total dos ingressos extraorçamentários foi de R\$ 100.000,00.

130. Com base nas informações acima, é correto afirmar que na demonstração das variações patrimoniais será evidenciado um resultado patrimonial positivo do referido exercício financeiro de R\$ 60.000,00.

131. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deverá evidenciar recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

132. Na demonstração dos fluxos de caixa a concessão de empréstimos e financiamentos representa uma saída de caixa decorrente das atividades de financiamento.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

133. O prefeito de uma cidade do interior está preocupado com o custo de aquisição dos insumos e quer avaliar a sua economicidade, ou seja, se a compra dos mesmos está alinhada ao conceito de obtenção e ao uso de recursos com o menor ônus possível.

134. A matriz Ansoff tem esse nome por ter sido criada nos anos 70 para a empresa Ansoff Consulting Group (ACG). Ela é uma ferramenta importante na classificação de unidades de negócios ou produtos de acordo com sua participação de mercado e o crescimento do mercado.

135. As mudanças implementadas na Reforma do DASP envolveram a instituição do Regime Jurídico Único, que era um desejo de Getúlio Vargas desde que tomou o poder em 1930.

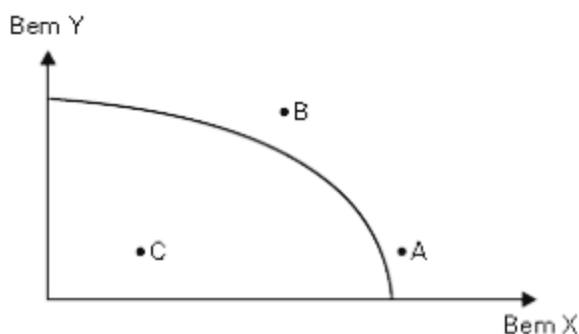
136. Dentre as perspectivas originais do Balanced Scorecard de Kaplan e Norton, temos a perspectiva dos processos internos, que é a segunda de baixo para cima no mapa estratégico da organização.

137. O modelo patrimonial se caracteriza pela confusão entre os recursos públicos e os recursos privados, além de um sistema fiscal injusto e irracional.

138. Uma organização que esteja preocupada que uma mudança tecnológica venha a lhe causar um prejuízo em seus negócios está preocupada com uma fraqueza de sua organização, de acordo com a ferramenta SWOT.

ECONOMIA

139. Com base na Fronteira de Possibilidade de Produção abaixo, é correto afirmar que o ponto A e o ponto B são mais eficientes do que o ponto C.



140. A expectativa de elevação futura do preço de certo bem ou serviço pode implicar em aumento da demanda desse bem no presente e, assim, deslocar a curva de demanda para a direita.

141. Considere as seguintes equações de oferta e demanda:

demanda: $Q = 10.000 - 100P$;

oferta: $Q = 5.500 + 50P$.

Nesse caso, o preço e a quantidade de equilíbrio são respectivamente iguais a 30 e 7.000.

142. Considerando a demanda do consumidor e a classificação dos bens, julgue o item.

Os bens de Giffen possuem elasticidade-renda da procura negativa.

143. O conjunto de conceitos relativos à elasticidade é fundamental no entendimento da microeconomia. Acerca desses conceitos, julgue o item que se segue.

A elasticidade-preço da procura por um bem mede a reação, em termos proporcionais, da quantidade produzida do bem em função de uma mudança no seu preço, quando todos os outros parâmetros permanecerem constantes.

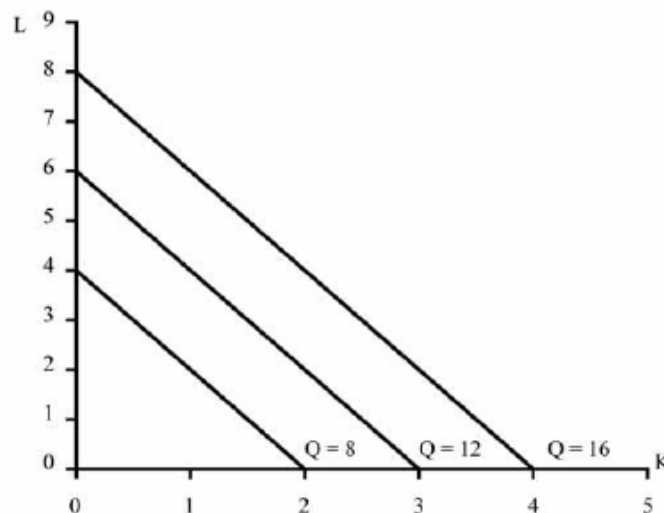
144. Se a demanda do Bem X é Elástica, quando preço dos bem sobe a receita total diminui.

145. A elasticidade-preço da procura é definida como a variação percentual na quantidade dividida pela variação percentual no preço, ou seja, mede como a

quantidade procurada muda com uma variação no preço.

146. Um bem é considerado superior quando o aumento da renda provoca aumento da sua quantidade demandada.

147. Considere uma função de produção que utilize capital (K) e trabalho (L), estando as isoquantas dessa produção (Q) descritas na figura apresentada. A partir desses dados, julgue o item que se segue.



A referida função de produção apresenta rendimentos crescentes de escala.

148. A função de produção de uma empresa é dada pela expressão $Y = aKL^{1/2}$, sendo Y o nível de produção, K e L, as quantidades dos fatores de produção, e a é um parâmetro, todos medidos nas unidades adequadas.

Conclui-se que a função de produção é de grau 1,5.

149. A função produção de uma firma é dada por $Y = L^2K - L^3$, em que Y é produto, L é a quantidade de trabalho e K é o estoque de capital. Sabendo que a firma deseja produzir com $K = 15$, julgue o item a seguir.

A produtividade marginal do trabalho da firma será igual a $30L - 3L^2$.

150. A função produção de uma firma é dada por $Y = L^2K$, em que Y é produto, L é a quantidade de trabalho e K é o estoque de capital. Sabendo que a firma deseja produzir com $K = 15$, julgue o item a seguir.

A produtividade média da firma será igual a $15L$.

QUESTÃO DISCURSIVA

Considere que a tabela a seguir traz informações referentes ao exercício de 2018, retiradas do Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal – SIGGO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo do Distrito Federal relativo ao 3º quadrimestre do mesmo ano:

(R\$ 1.000,00)

Despesa bruta com pessoal ativo	R\$ 17.500.000,00
Despesa bruta com pessoal inativo	R\$ 8.000.000,00
Total de recursos do FCDF*	R\$ 13.500.000,00
Dividendos recebidos de empresas estatais	R\$ 100.000,00
Receita corrente líquida	R\$ 20.000.000,00
Custeio de inativos e pensionistas com contribuições dos segurados	R\$ 4.000.000,00
Despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais relativas a 2017	R\$ 500.000,00
Receita corrente total	R\$ 22.000.000,00
Empréstimos obtidos	R\$ 14.500,00
Recursos do FCDF para pagamento de despesas com pessoal	R\$ 12.000.000,00
Indenizações de incentivo à demissão voluntária	R\$ 40.000,00
Outras despesas de pessoal	R\$ 140.000,00
Indenizações por demissão de servidores ou empregados	R\$ 100.000,00

*Fundo Constitucional do Distrito Federal, previsto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

Com base nas informações apresentadas acima, considerando que você é auditor(a) de controle externo lotado(a) na Divisão de Acompanhamento da Gestão Fiscal – DIAGF – do TCDF, redija, nos termos da 2ª Edição do Manual de Redação Oficial desta Corte, revisada e atualizada consoante autorização inserta no item d.2 da Decisão nº 48/02, uma Informação analisando a situação do Poder Executivo do Distrito Federal diante do limite de despesas com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ao fim do 3º quadrimestre de 2018. Se necessário, identifique-se como “ACE”. Ao elaborar o documento, considere, necessariamente, a estrutura a seguir:

- apresentação e estrutura de uma Informação do TCDF; **[valor: 5,00 pontos]**
- justificção 1: detalhamento das despesas com pessoal realizadas pelo Poder Executivo do Distrito Federal no período indicado, considerando as definições da LRF quanto à apuração do valor de tais despesas utilizado para o cálculo do limite definido pela lei; **[valor: 13,00 pontos]**
- justificção 2: análise do nível de despesas realizadas com pessoal pelo Poder Executivo do Distrito Federal no período indicado, diante das disposições da LRF; **[valor: 6,00 pontos]**
- proposta de encaminhamento. **[valor: 4,50 pontos]**

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA

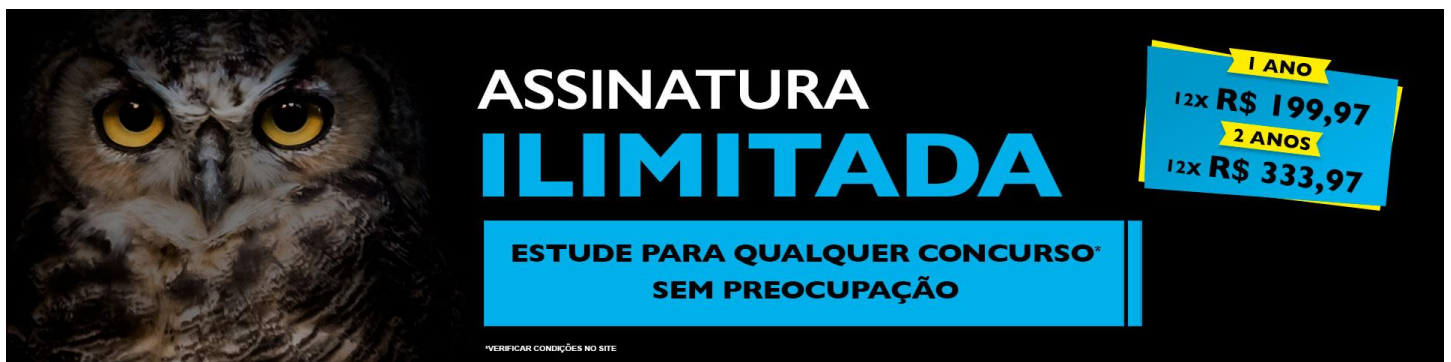
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TCDF-Cespe-29-09>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/assinaturas/>